

# Também aqui a "Nova" República não inova

Benito Mussolini ensinava que "vinte mentiras fazem uma verdade". Baseado neste princípio, o Duce montou um fabuloso esquema de controle e da informação em seu país e durante mais de duas décadas manteve o povo italiano submetido a uma cruel ditadura. Mestre na arte da desinformação e da propaganda foi Goebbels, que com métodos parecidos escondeu dos alemães a fraqueza e a crueldade de Hitler, transformando-o num herói nacional até a triste derrocada do sonho nazista. Os pais do comunismo na União Soviética também conhecem muito bem esta lição e com ela mantiveram até hoje, a ferro e fogo, o mais longo regime totalitário do mundo moderno. Feticheiro aprendiz e admirador de Hitler e Mussolini, Getúlio Vargas copiou seus métodos e, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tentou vender aos brasileiros a sua imagem de "bonzinho" e "pai dos pobres", enquanto comandava um governo ditatorial feroz e corrupto, lesivo aos interesses nacionais.

A liberdade de imprensa sempre incomodou esses espíritos antidemocráticos ou falsamente democráticos. Por isso, eles se esmeraram em suprimi-la, por meio da censura e da perseguição a órgãos de comunicação e a jornalistas independentes. Trata-se de tentar impedir que a verdade, os fatos como eles realmente são e acontecem cheguem à opinião pública. Para eles, o que pode chegar ao cidadão é tão-somente a sua versão dos fatos, a verdade oficial, maquiada, despida de seu lado desagradável ou comprometedor para a autoridade e seus asseclas. Como ficaria a imagem de Vargas se viessem à tona as perseguições a seus adversários, as torturas e mortes nos porões da ditadura, seu namoro com o nazismo e o fascismo? Sem contar o deslavado favorecimento político e a corrupção frenética que campearam soltos à sombra do Palácio do Catete?

Na Itália e na Alemanha, mortos Mussolini e Hitler, extinguíram-se os controles sobre a informação. No Brasil, mesmo com a deposição de Vargas, parte desse controle permaneceu com a manutenção — e posterior ampliação — da Voz do Brasil (antigamente Hora do Brasil) noticiário de responsabilidade dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, obrigatoriamente transmitido por todas as emissoras de rádio. Nem no período breve de democracia que tivemos depois de 1945 nem durante o regime militar as autoridades brasileiras se dispuseram a eliminar esta excrescência em qualquer regime democrático que é o noticiário oficial obrigatório. Pelo contrário, ele só cresceu: era inicialmente de meia hora por dia, passou para uma hora, ganhou com os generais o apêndice do Projeto Minerva e, em anos eleitorais, o horário de propaganda gratuita por conta do TSE.

O dito "transparente" governo da Nova República também não resistiu a esta tentação. Começou por criar a sua Conversa ao Pé do Rádio, que se não é obrigatória para as emissoras é constrangedoramente facultativa. Não satisfeito com o que herdou e com esta inovação, considerando que perdeu pontos em sua popularidade porque o Plano Cruzado II foi mal-apresentado, o presidente José Sarney decidiu ampliar também o controle sobre as informações que saem da administração. Inventou a Secretaria de Comunicação da Administração Federal (Secaf), encarregada de criar uma nova política de informações para o governo e de orientar os trabalhos de todos os órgãos oficiais nesta área. Diligentemente, a Secaf já começou a limitar a ação dos chamados porta-vozes oficiosos, as fontes que transmitem informações aos jornalistas sem se identificar. Cumprindo esta determinação, o Ministério da Fazenda acaba de proibir a entrada de jornalistas em alguns de seus gabinetes.

A utilidade de programas do tipo da Voz do Brasil e da Conversa ao Pé do Rádio e dos DIPs, Secoms e Secafs da vida é nenhuma, porque eles se limitam a se comportar como veículos de propaganda das autoridades e de suas realizações, obtendo dos ouvintes a "resposta" que merecem: o uso do botão de desligar o aparelho.

Nesta mesma linha, uma parcela dos 559 senhores cidadãos que foram escolhidos nas eleições de novembro para "consolidar a democracia no Brasil" pretende, agora, receber um espaço gratuito nos meios de comunicação para também impingir as suas verdades. A proposta de regimento interno da Constituinte prevê que as emissoras de rádio e de televisão (não só as rádios, como acontece com a Voz do Brasil e o Projeto Minerva) deverão reservar meia hora pela manhã, meia hora à tarde e uma hora no final da noite para transmissão, em cadeia, do noticiário sobre a Assembléia, produzido por sua própria mesa. Os constituintes querem, ainda, que os jornais e revistas reservem espaços para publicação desse noticiário. Nem todos os jornais, porém: apenas os grandes, escolhidos pela direção da Assembléia, com critérios que ela determinará.

Os equívocos contidos nessas pretensões dos senhores constituintes são muitos. As más intenções são maiores ainda. O mais grave deles é a intervenção indevida do legislativo no setor privado. Apesar de os canais de rádio e de televisão serem concessões públicas de caráter precário, os investimentos para a instalação dessas emissoras é privado e todo o seu custo deve ser coberto pelo concessionário. E eles precisam conseguir rendas dessas atividades para pagar as despesas com a emissão dos programas. Ao ceder tantos horários gratuitamente aos poderes públicos, acabaram ficando sem condições de manter a qualidade de seus serviços.

Quanto ao espaço nos jornais e revistas, esta pretensão é ainda mais absurda. A imprensa escrita é totalmente privada, nem ao menos opera com uma concessão pública como acontece com as emissoras de rádio e de televisão. O que ela publica ou não, como matéria redacional, é uma decisão que cabe somente aos seus diretores e aos jornalistas que compõem sua equipe de colaboradores, visando unicamente informar com precisão os leitores.

Além do mais, essa intromissão é um precedente perigoso que se pretende abrir. Amanhã, esses mesmos senhores se acharão no direito de obrigar a Volkswagen a fabricar sabonetes e a Rhodia a produzir aviões, da maneira que eles entenderem e pelo preço que quiserem.

A imprensa brasileira nunca precisou de estímulo oficial e de pressões políticas para cumprir seu dever para com o público. Como está acontecendo, aliás, com a Constituinte. Os jornais, as rádios e as televisões têm dedicado, diariamente, um enorme espaço ao que se passa no prédio do Congresso Nacional, apesar de seus responsáveis saberem que poderão até estar aborrecendo ouvintes telespectadores e leitores com essas tediosas e repetitivas histórias de brigas pelo poder, de lutas por distribuição de cargos, de disputas por moradias e mordomias sempre travadas em plenários vazios.

O espetáculo que os constituintes propiciaram em sua primeira semana de atividade explica melhor do que tudo a intenção deles de limitar a ação da imprensa e criar um noticiário oficial da Assembléia. O que eles não querem é que suas "atividades" — esse vergonhoso fisiologismo de que são mestres — sejam exibidas aos cidadãos brasileiros. Eles querem, por meio de "vinte mentiras", parecer que estão trabalhando com afinco e seriedade.

ANC 88  
Pasta 09 a 14  
fev/87  
061